



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA

ATA - TRE/PRE/DG/GPEG/NPGE**1ª Reunião do Conselho de Governança e de Análise da Estratégia de 2021****Data:** 28/5/2021**Horário:** das 10h às 11h50**Local:** Auditório Ivan Melo e via Videoconferência na plataforma Google Meet**Secretário:** Sandro Gonçalves Borges**Pauta:****1 - Informes:**

- Relatório de Cumprimento dos Macrodesafios (baseado na Res. 5.640/2020);
- PEJEPA 21-26;
- Entrega do Relatório de Avaliação das Eleições; e
- Resultado das Metas 2020 no Prêmio CNJ 2021.

2 - RAE:

- Medição dos Macrodesafios e Indicadores;
- Sugestão de retomar a medição dos suspensos (trazer as respostas dos que não conseguem ser medidos);
- Análise crítica dos indicadores abaixo da Meta (SEI);
- Trazer os indicadores com meta fácil sugerindo rever na definição para o PEJEPA 21-26 (AGI1, AGI4);
- Metas 2021: Metas 1, 2 e 4. Trazer os valores mês a mês como sempre se mostra;
- Meta 9 e 10: falar sobre o que foi enviado ou definido;
- Relatórios e Acompanhamentos Estatísticos do NEST;
- Relatório de Gestão TCU - Apresentação tempestiva;
- Proposta de agendamento da próxima reunião para segunda quinzena de junho em razão do novo PEJEPA.

PARTICIPANTES MEMBROS DO CONSELHO

NOME	CARGO
Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento	Presidente

Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior	Vice-Presidente e Corregedor
Felipe Houat de Brito	Diretor-Geral
Miguel Chicre Bitar de Moraes	Secretário de Auditoria (SEAUD)
Sabrina Bittencourt Guimarães Castro	Secretário de Gestão de Pessoas (SGP)
Mayra Carvalho Cavalcante Pantoja e Silva	Secretária Judiciária (SJ)
Alessandro dos Santos Cruz	Secretário de Tecnologia da Informação (STI)
Renato Holanda Alves	Secretário de Administração Substituto (SA)
Edson da Cruz Costa	Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade (SOFC)

PARTICIPANTES CONVIDADOS

NOME	UNIDADE
Sandro Gonçalves Borges	Gabinete de Planejamento, Estratégia e Gestão (Secretário do Conselho de Governança)
Bruno Giorgi Almeida e Silva	Assessoria Jurídica da Corregedoria (ASCRES)
Eula Gorayeb Santos Fonseca	Gabinete da Corregedoria (GABCRES)
Nathalie Christina de Oliveira Castro	Coordenadoria da Corregedoria (CCRES)
Elaine Cristina de Jesus Santana da Silva Machado	Coordenadoria da Escola Judiciária Eleitoral (CEJE)
Valéria Athayde Fontelles de Lima	Assessoria da Ouvidoria (ASOUV)
Renata Cláudia Martins Ferreira	Assessoria de Comunicação Institucional (ASCOM)
Patrícia Guimarães Rocha de Saboya	Gabinete da Presidência (GABPRE)
Roberto de Araújo Moura	Núcleo de Planejamento e Gestão Estratégica (NPGE)
Ana Carolina Leão Alencar	Núcleo de Planejamento e Gestão Estratégica (NPGE)
Leila Castro França	Núcleo de Planejamento e Gestão Estratégica (NPGE)

Registros da reunião:

O chefe do GPEG, dando início à reunião, registrou a presença do corregedor e de servidores que participavam do evento de forma remota, em seguida passou a palavra à Presidente do TRE-PA, Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, para fazer abertura da reunião do Conselho de Governança.

Após cumprimentar os participantes, a presidente destacou a importância da reunião para a gestão atual. Lembrou que o evento é uma exigência do Conselho Nacional de Justiça e que vem se realizando ao longo do tempo, nas gestões anteriores, sempre atingindo os melhores resultados. Trata-se de uma reunião avaliativa, em que se busca sempre avaliar e seguir os caminhos adequados para atingir os objetivos traçados. Destacou que a responsabilidade pelo tratamento dos dados é sempre da seção de planejamento com a parceria da seção de auditoria, bem como com todas as unidades do regional, prestando-lhes consultoria; outras unidades também colaboram tais como a Corregedoria, considerando sua atuação com o 1º grau e a Presidência, com sua responsabilidade pelo 2º grau.

Frisou que devemos repensar as nossas ações para que estas possam refletir na melhor pontuação para o Tribunal e, ainda, para que a Justiça Eleitoral seja reconhecida mais uma vez como tem sido. A responsabilidade pela pontuação é de todos, é da JE.

Mencionou que o tribunal tem uma boa imagem no âmbito nacional, a qual deve ser mantida. Externou sua intenção de alcançar a premiação do CNJ, bem como sua preocupação com as datas previstas, o que todos devem atentar. Chamou atenção para o compromisso das equipes para o cumprimento das ações.

A Desembargadora agradeceu a equipe do Gabinete de Planejamento, Estratégia e Gestão, ao Secretário de Auditoria, Miguel Chicre, a equipe da Corregedoria, destacou que todos tem se mostrado solícitos. Pediu dedicação para alcançarmos a pontuação. Informou que a presidência está acompanhando os trabalhos. O Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior agradeceu a palavra e disse que toda a equipe está empenhada em dar o melhor e fazer o possível para colocar o Pará entre os melhores estados da Federação.

Passada a palavra ao GPEG, este agradeceu e disse que a reunião será bastante objetiva e pragmática. Destacou que possuem alguns informes que são obrigatórios e são reportes ao Conselho de Governança. Trata-se do cumprimento do prazo do TRE-PA na prestação de contas anuais para o TCU, sendo uma ação conjunta do GPEG e da SEAUD.

1 - Informes

1.1 - Plano Anual de Auditoria de 2020 e 2021

Passada a palavra para o Secretário de Auditoria, este destacou que foram concluídas dentro do prazo a auditoria financeira nas contas previstas no Plano Anual de Auditoria de 2020 e 2021.

Informou que foram entregues todas as peças exigidas pelo Tribunal de Contas da União, inclusive o Certificado de Auditoria, que é uma das peças mais importantes. Explicou que o TCU mudou sua forma de prestação de contas, passando a ser a própria unidade de autoria a responsável pela ação. Isso possibilitou o cumprimento de requisitos do ranking. Agradeceu a todos que, dentro da sua área de negócio, tiveram participação importante.

Ressaltou que todas as informações estão publicadas na área de transparência no site do Tribunal, destacando que qualquer um do povo pode ter acesso às contas.

A Desembargadora agradeceu ao auditor do Tribunal pelo empenho na prestação de contas do ano de 2020, ainda na gestão do Desembargador Roberto Moura. Destacou a mudança na forma de prestação de contas ao TCU, que antes era feita por sorteio dentre os tribunais eleitorais. A partir desse ano, cada Tribunal, por meio da sua unidade de controle interno faz a prestação de contas, diante das perguntas apresentadas pelo TCU. Destacou, por fim, a importância do trabalho de prestação de contas ora apresentado.

Sandro Borges informou que o relatório que contém informações prestadas por todos os macrogestores é consolidado pelo GPEG e validado pela SEAUD.

1.2 - Relatório de cumprimento dos macrodesafios de 2020

Passada a palavra para o Chefe do Núcleo de Planejamento e Gestão Estratégica, Roberto Moura, que agradeceu a presença dos desembargadores, e demais colegas. Explicou que em cumprimento ao normativo interno, devemos gerar um relatório de cumprimento dos macrodesafios do ano anterior e deve ser apresentado na 1ª RAE do ano. Destacou que é um relatório simples, que traz o percentual de cumprimento de cada macrodesafio, que se encontra publicado na internet e nele constam maiores detalhes e informações acerca dos macrodesafios, pontuando quais estão com medição suspensa, e o percentual de cumprimento de cada um deles.

1.3 - Andamento da revisão do PEJEPa 2021-2026

O chefe do NPGE explanou sobre o andamento da revisão do Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral do Pará - PEJEPa, mostrando o cronograma das ações já realizadas, bem como as próximas etapas da revisão. Mencionou os produtos gerados a partir da pesquisa aplicada com os públicos, tais como: a Matriz de SWOT e os Mapas de Empatia. Salientou que a próxima reunião foi agendada e serão definidos os desafios para os próximos 5 anos. E fechando o processo de revisão, o documento final será submetido à apreciação da Diretoria Geral, da Presidência, e após será publicada a Resolução, cumprindo o prazo final segundo a Resolução nº 325 do CNJ, que será até 30/6/2021. Enfatizou que o TRE-PA está entre os 10 tribunais em estágio mais avançado na revisão de seu planejamento estratégico.

1.4 - Entrega do Relatório de Avaliação das Eleições 2020

Informou, ainda, sobre a entrega do Relatório de Avaliação das Eleições, demonstrando de maneira sucinta as etapas para a sua elaboração. Com o encerramento do trabalho, foram entregues o Relatório de Avaliação e o Mapa de Propostas de Solução, que traz sugestões finais para serem consideradas para o próximo ciclo eleitoral.

Sandro Borges destacou que o mapa foi catalogado através de sugestões advindas de todas as áreas e foi encaminhado pelo SEI aos gerentes das várias áreas, para que seja considerado no momento do planejamento das próximas ações, cumprindo-se assim o ciclo do PDCA (planejar, desenvolver, checar, agir).

1.5 - Prêmio CNJ 2021

Roberto Moura destacou a interpretação da Portaria CNJ nº 135 que trata do Prêmio CNJ qual a pontuação das metas nacionais que o TRE-PA irá atingir. Demonstrou os gráficos para cada meta nacional. Seguem informações sobre a pontuação atingida referente às metas: Meta 1 o Tribunal atingiu 94,99%, alcançando 7 pontos para o prêmio; para a Meta 2, atingiu 103,67%, alcançando a pontuação máxima no quesito de 10 pontos e, para a Meta 4, atingiu o índice de 84,44%, ficando abaixo da pontuação mínima exigida, portanto com 0 pontos. Desta forma, será alcançado 17 pontos para o Prêmio CNJ 2021.

1.6 - Proposta de nova metodologia de acompanhamento dos indicadores

Sugeriu uma metodologia de acompanhamento dos indicadores, proposta que aumenta a qualidade do monitoramento da estratégia, o que deverá ser registrado em norma própria.

Proposta de auxiliar no processo de análise e tomada de decisão. O GPEG irá auxiliar os macrogestores utilizando a técnica de Ishikawa, priorizando alguns projetos, visando o melhor cumprimento do indicador. Essa ferramenta permite listar não só as ações, mas também os documentos usados.

Solução de mercado para análise dos indicadores. O que e como medir; o que é preciso fazer para atingir a meta tencionada.

Sandro Borges destacou que o tribunal está num processo de amadurecimento da estratégia, destacou os passos que já foram dados e o caminho que estamos seguindo. Pensar a frente da ação, para antever as medidas a serem tomadas a fim de dar melhor cumprimento dos indicadores.

1.7 - Relatório NEST

Passada a palavra para a Chefe do Núcleo de Estatística, Natália Seabra destacou a regulamentação das atribuições do núcleo e as entregas feitas, bem como a atuação da equipe de apoio do núcleo, conforme Portaria nº 20.291/2021.

Ressaltou a entrega do Relatório que faz o acompanhamento estatístico das metas nacionais 1, 2 e 4. Mencionou as fontes de dados consultadas, a exemplo o PortalBR, e a ferramenta PowerBI utilizada pelo núcleo, a qual foi usada para a condensação dos dados, demonstrando algumas estatísticas realizadas na ferramenta.

O NEST propôs o uso de uma série temporal das movimentações processuais, desde 2016, com projeção mensal, para melhor compreensão da capacidade de cumprimento da meta.

Sandro informou que o relatório de estatística está disponível na internet e cumpre um dos requisitos de transparência da entrega de resultados da instituição para a sociedade.

Em complemento, mencionou o projeto “Dados para Todos”, o que permitirá o uso do recurso pelos macrogestores, inclusive projetos da EJE e SGP, que poderão ter uma interface mais visual de seus projetos para acompanhamento, colocando-se à disposição para auxílio.

A desembargadora informou que o uso da ferramenta Power BI garantirá a transparência e que utiliza essa ferramenta, enquanto julgadora, no TJE-PA, sentindo-se familiarizada, o que vem ao encontro do que a sociedade anseia.

2 - RAE

2.1 - Análise da Estratégia:

Roberto Moura pontuou algumas questões como os resultados do PEJEPA até agora. Destacou que no ano passado, por diversos motivos, alguns indicadores não puderam ser medidos e que alguns indicadores se encontram zerados por impossibilidade de medição.

Pontuou também os indicadores aquém da meta, verificando os problemas, as causas e sair com as soluções.

Passou a fazer a leitura dos percentuais dos macrodesafios, demonstrando a visão geral de todos. GDC: 50%, CCAI: 43%, FSPE: 0%, CPPJ: 65%, AGP: 0%, AGO: 71%, AGI: 83% e MIGT: 69%.

A seguir, passou à leitura dos indicadores que estão com a medição suspensa, questionando às unidades responsáveis se é possível retomar as suas medições.

Informou que o macrodesafio GDC possui três indicadores sem medição:

- Índice global de alcance das metas do PLS, de responsabilidade do Núcleo Socioambiental;

- Índice de acesso à justiça, de responsabilidade da Comissão de Atendimento Itinerante, a qual justificou a ausência de medição em razão da pandemia que impede o atendimento presencial; e, por fim,

- o Índice de Participação nos Projetos de Cidadania, de responsabilidade da EJE.

Em seguida, passou para o macrodesafio FSPE, destacando os indicadores com medição suspensa em virtude da pandemia, bem como, pelo fato de ter atingido 100% em 2019:

- Índice de eleitores com cadastro biométrico;

- Índice de ZEs com eleitorado recadastrado biometricamente; e

- Índice de qualidade de dados biométricos no banco de cadastro de eleitores, de responsabilidade da STI.

O secretário de TI, Alessandro Cruz, informou que fez levantamento dos atendimentos realizados de forma remota, e que será objeto de decisão posterior para saber

A desembargadora Luzia Nadja, destacou que a biometria do eleitorado está suspensa conforme decisão do TSE, sem previsão de retorno. Destacou que o atendimento presencial está suspenso, e que segue aguardando orientações, bem como avaliando o avanço da covid no estado. A fim de preservar a saúde dos eleitores, pois pode ocorrer aglomeração.

O indicador da CCAI, em virtude da pandemia, a desembargadora lembrou que a biometria está suspensa pelo TSE atualmente. O Tribunal deverá estudar a forma do retorno ao atendimento presencial. Esta situação dependerá do cenário da situação sanitária no estado. Uma forma de atendimento cogitada foi o atendimento itinerante. A impossibilidade da coleta biométrica dos eleitores implicaria no chamamento destes noutra momento para tal registro.

O Diretor-Geral, Felipe Brito, recordou que foi responsável pela criação do indicador, enquanto Secretário de TI, e destacou que a meta foi alcançada, bem antes do prazo final, e conseqüentemente antes da pandemia. Destacou que no estado temos cerca de 300 mil eleitores que precisam retornar ao tribunal para nova coleta biométrica para a revisão.

Destacou que o atual momento pede atenção dos indicadores que estão fora da atual realidade, pois na forma que estão não é possível seu alcance. Pediu que olhassem para a realidade e não colocassem metas inatingíveis.

Aplaudiu a utilização do diagrama de Ishikawa de causa e efeito e ressaltou que a maior parte dos indicadores continuará com a medição prejudicada devido a pandemia.

Na sequência, Sandro propôs:

- que os indicadores que já atingiram 100%, sejam registrados como concluídos;
- que seja retomada a medição para o PLS;
- que seja suspensa a medição do Índice de Acesso à Justiça, devido suas ações exigirem o modo presencial;
- que seja suspenso o Índice de participação de projetos;

Na sequência, foi cedida a palavra aos interessados para manifestação: a Coordenadora da Escola Judiciária Eleitoral, Elaine Cristina, informou que as atuais ações não se encaixam para serem medidas. Não faz sentido.

A Coordenadora da Corregedoria, Nathalie Castro, manifestou-se quanto ao Índice de eficiência de ações correcionais, que informou que a CRE ainda deve se pronunciar. Devem ser considerados, contudo, os marcos temporais de abril até o final do ano de 2021 a fim de que não haja prejuízo à medição. Retomada da medição com proporcionalidade do período.

A Secretária de Gestão de Pessoas, Sabrina Bittencourt, em sua manifestação, frisou o prejuízo causado pela pandemia, o que se reflete no indicador atinente à capacitação. As medições dos índices do Plano Anual de Capacitação - PAC e do Programa de Exames Periódicos em Saúde - PEPS serão retomados.

Após esclarecimentos diversos, foi realizada a votação acerca da continuidade ou suspensão das medições a partir de junho, sendo **aprovados pelo conselho de governança**:

- o retorno da medição do Plano de Logística Sustentável - PLS;
- a correção em período proporcional;
- a retomada da medição dos indicadores de Gestão de Pessoas;
- cumprimento de fortalecimento da segurança do processo eleitoral;
- mantidos suspensos os de acesso à justiça e participação nos projetos de cidadania.

Quanto à pontuação dos que estão aquém da meta, nota-se que estão com projeção de cumprimento até o final do ano. Assim, haverá possível contato no futuro para esclarecimento da nova metodologia de causa e efeito para sugerir soluções.

2.2 - Acompanhamento das Metas Nacionais do CNJ

Meta 1

- estoque de processos 1º grau agrupado em janeiro;

- estoque de processos 2º grau, diferentemente, referem-se mais aos recursos. A desembargadora enfatizou que é importante o acompanhamento de julgamentos do 2º grau.

A Secretária Judiciária, Mayra Carvalho, informou que a unidade já realiza tal acompanhamento e acredita que haverá reflexos positivos no atingimento das metas e taxas de congestionamento.

Meta 2

Sandro Borges destacou que esta faz referência aos processos de 2 anos atrás, e já entramos com alguns julgados. O gráfico considera o ritmo atual de julgamento dos processos.

Meta 4

Está definida por duas eleições diferentes, Sandro destacou que são processos complexos, que trazem perda de mandato e por essa razão tendem a ter andamento mais lento. Estão considerando processos referentes às Eleições 2018 e 2020. Meta de mais difícil instrução.

Metas 9 e 10

São novas, inseridas este ano, trazidas pela Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Metas baseadas em esforço. A JE respondeu a questão 5.

O percentual de execução está em 70%.

Meta 10

Voltada para a saúde de magistrados e servidores.

O PEPS teve suas ações referentes ao ano de 2021 recentemente iniciadas, e constitui o esforço do TRE-PA para alcance dessa meta.

3 - Conclusão da Reunião

Direcionar os esforços para além de tudo a economia de recursos, que é uma atitude bem vista pela sociedade.

A Desembargadora agradeceu ao Planejamento, que tem desempenhado papel importante na resolução de conflitos do Tribunal, pois exercita a habilidade da escuta, o que é muito importante, em seu entendimento. Sugeriu, por fim, que a próxima reunião seja realizada em **28/6 às 10h e de modo híbrido**.



Documento assinado eletronicamente por **MAYRA CARVALHO CAVALCANTE PANTOJA E SILVA, Secretária**, em 14/06/2021, às 12:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SANDRO GONÇALVES BORGES, Chefe de Gabinete**, em 14/06/2021, às 17:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **NATHALIE CHRISTINA DE OLIVEIRA CASTRO, Coordenador**, em 14/06/2021, às 17:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **RENATO HOLANDA ALVES, Coordenador**, em 16/06/2021, às 10:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RENATA CLÁUDIA MARTINS FERREIRA, Assessor**, em 16/06/2021, às 11:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ELAINE CRISTINA DE JESUS SANTANA DA SILVA MACHADO, Coordenadora**, em 17/06/2021, às 00:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SABRINA BITTENCOURT GUIMARÃES CASTRO, Secretário**, em 17/06/2021, às 10:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUZIA NADJA GUIMARAES NASCIMENTO, Presidente**, em 17/06/2021, às 12:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE HOUAT DE BRITO, Diretor Geral**, em 17/06/2021, às 16:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VALERIA ATHAYDE FONTELLES DE LIMA, Assessor**, em 18/06/2021, às 14:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MIGUEL CHICRE BITAR DE MORAES, Secretário**, em 25/06/2021, às 12:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO DOS SANTOS CRUZ, Secretário**, em 30/06/2021, às 10:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANA CAROLINA LEÃO ALENCAR, Assistente**, em 01/07/2021, às 09:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LEILA CASTRO FRANÇA, Analista Judiciário**, em 01/07/2021, às 09:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO DE ARAÚJO MOURA, Chefe de Núcleo**, em 01/07/2021, às 09:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA GUIMARAES ROCHA DE SABOYA, Chefe de Gabinete**, em 01/07/2021, às 10:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **NATÁLIA SEABRA DOS SANTOS, Chefe de Núcleo**, em 02/07/2021, às 08:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **EDSON DA CRUZ COSTA, Secretário**, em 05/07/2021, às 09:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **EULA GORAYEB SANTOS FONSECA, Chefe de Gabinete**, em 06/07/2021, às 08:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO GIORGI ALMEIDA E SILVA, Assessor Jurídico**, em 06/07/2021, às 09:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DES. LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR, Corregedor Regional Eleitoral**, em 19/08/2021, às 18:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1312831** e o código CRC **2A5857AD**.